DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 361/2023 E SUAS ALTERAÇÕES PARA:

PREGÃO ELETRÔNICO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À ESCOLA DE ARTE DONA BENTICA E À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

MARCOS VENICIO MONTAGNA:04751802917

Assinado de forma digital por MARCOS VENICIO MONTAGNA:04751802917
Dados: 2026.11.23 10:52:50 -03'00'

MARCOS VENÍCIO MONTAGNA

SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026 FCN

DATA DE ABERTURA: **07/12/2026**
ENTREGA DOS DOCUMENTOS PELO SITE ATÉ DIA **07/12/2026 ÀS 08:30 HORAS**
HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: **09:00 HORAS DO DIA 07/12/2026** (Horário de Brasília).
LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC https://bnc.org.br/
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, RUA JOÃO EMÍLIO, Nº 100 – CENTRO – SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, CEP 88.370-446, telefone: (47) 3342-9500 e nos e-mails: alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br; waldemir.fonseca@navegantes.sc.gov.br e/ou adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br.
Regência: Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 361/2023.
Secretaria solicitante: Fundação Cultural de Navegantes.

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que às **09:00 horas do dia 07/12/2026**, no Departamento de Licitações da PREFEITURA DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES, serão abertas às propostas referentes a este Pregão Eletrônico, e será realizado em ato contínuo o credenciamento, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de conformidade com as seguintes condições:

O pregão eletrônico terá sessão pública que acontecerá por meio do sistema de licitações Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À ESCOLA DE ARTE DONA BENTICA E À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES** conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

1.1 A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela e especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

1.2 O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07/08/2014, esta licitação será **EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI, para os itens cujo valor for inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) com exceção ao disposto no art. 49 do respectivo diploma legal, ou seja:**

1.3.1 quando não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e

1.3.2 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar desta Licitação os interessados, sendo estas pessoas jurídicas, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, seus Anexos, e principalmente em relação à legislação.

2.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.

2.3 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras - BNC, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.4 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

2.4.1 Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV;

2.4.2 Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV e;

2.4.3 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em

conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras - BNC, conforme o ANEXO IV.

2.6 A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO II, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC Nº 123/2006.

2.7 Não será admitido a participação de empresas em consórcio, conforme item 11 do Termo de Referência.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com auxílio de sua equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

4.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.4.1, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

4.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 O acesso do operador no pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através: do site https://bnc.org.br/, do telefone (42) 3026-4550 – Ponta Grossa/PR, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

4.8 A participação na Licitação, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido no preâmbulo deste edital.

4.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. PARTICIPAÇÃO

5.1 A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.2 Caberá ao fornecedor **acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, **assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5 SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS MENCIONADAS NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS LIMITES PREVISTOS DA LEICOMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

5.6 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.7 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.8 Que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

5.9 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.10 Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021;

5.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto

ofertado e o preço e, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação**.

6.1.1 Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação juntamente com a proposta, conforme o subitem 6.1, deverá o vencedor apresentar no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro via sistema eletrônico, que poderá ser prorrogado por igual período, desde que justificado.

6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes **poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema**;

6.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário;

b) Marca (quando for o caso);

c) Fabricante;

7.1.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.6 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União ou do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

8.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9 O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

8.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.12 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.13 Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

8.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17 Se a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa e reiniciada** somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Navegantes, disponível no endereço eletrônico https://navegantes.sc.gov.br/.

8.18 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo participante no tempo máximo permitido (15 segundos), uma única vez.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.20 A ausência de resposta pelo *chat*, durante o tempo do certame, ou qualquer outro que o(a) Pregoeiro(a) estabeleça, por verificada desídia do licitante, poderá acarretar a desclassificação ou a inabilitação do mesmo, reservado o direito à manifestação de recurso, em fase apropriada.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônica o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme o art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será definido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante a fase de disputa de lances, até o limite de 1% (um por cento) do valor de referência do lote.

9.3 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.4 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 9.3. será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.5 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 9.4, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.6 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 9.4, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.

9.7 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações, conforme §4º, do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

9.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.10 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.12 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.13 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.14 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

9.15 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.16 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.17 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.18 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

10. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)

10.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.2 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3 Será estabelecido o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o subitem 11.1, que poderá ser prorrogado por igual período, desde que justificado.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

12.2 Será **desclassificada** a proponente que:

12.2.1 Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

12.2.2 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

12.2.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021).

12.2.4 Não tiverem a exequibilidade da proposta demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.3 Caso entenda necessário, o(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de **aferição de exequibilidade das propostas**. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

12.4 Da apresentação de planilha de custos; ou

12.4.1 Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

12.5 A diligência servirá como subsídio para decisão do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o mesmo deverá apresentar as seguintes certidões, as quais serão verificadas pelo pregoeiro. A análise será feita sob a ótica de eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação:

13.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br;

13.1.2 Consulta da Certidão Negativa Correcional no site da Corregedoria-Geral da União - CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM): https://certidoes.cgu.gov.br;

13.1.3 Consulta ao Tribunal de Contas da sede do licitante;

13.2 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo pregoeiro.

13.3 A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.4 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

13.5 Será julgada **inabilitada** a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.

b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;

d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;

e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.6 Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014):

13.6.1 Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:

a) serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal e trabalhista.

b) serão analisados os **documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista**, declarando-se:

I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

II - O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.6.2 A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 13.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

13.6.3 As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO VII, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

13.6.3.1 A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

13.6.3.2 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 337-F do Código Penal Brasileiro.

13.6.3.3 A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data prevista para a sessão, sob pena de não aceitabilidade.

13.6.3.4 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

13.6.3.5 As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 **deverão apresentar, na fase de habilitação, declaração** de que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021 (modelo disponível no anexo VII deste edital).

13.7 HABILITAÇÃOJURÍDICA: (Deverá apresentar o documento solicitado conforme o tipo da empresa):

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.7.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.8 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: http://www.fazenda.gov.br/; que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual de origem da empresa;

e) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as

contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: http://www.fazenda.gov.br/;

f) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: http://www.tst.jus.br/certidao;

13.9 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.9.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

13.9.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.10.1 A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

13.10.1.1 Para fins de comprovação da qualificação técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida do licitante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de bens compatíveis com o objeto desta contratação, em características e natureza, demonstrando experiência na comercialização e fornecimento de equipamentos e materiais de natureza semelhante aos que constituem o objeto da licitação.

13.10.1.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação da pessoa jurídica emitente, a identificação do licitante contratado, a descrição dos bens fornecidos e demais informações suficientes para permitir a verificação da compatibilidade do fornecimento realizado com o objeto da presente contratação.

13.10.1.3 Não será exigida comprovação de quantitativo mínimo de bens fornecidos anteriormente, tendo em vista que o objeto possui natureza de aquisição de equipamentos e materiais, não se identificando, para esta contratação, parcela de maior relevância ou valor significativo que justifique a imposição de quantitativo mínimo de experiência anterior.

13.10.1.4 Não será estabelecida limitação temporal ou territorial para os atestados apresentados, observando-se, quando aplicável, o disposto no §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

13.10.1.5 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados da respectiva tradução para o português, ressalvada a hipótese de comprovada inidoneidade da entidade emissora, nos termos do §4º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

13.10.1.6 Os atestados apresentados serão analisados quanto à compatibilidade de suas características com o objeto da contratação, não sendo exigida identidade integral entre os bens anteriormente fornecidos e aqueles previstos nesta licitação, de modo a preservar a competitividade do certame.

13.10.1.7 A documentação relativa à qualificação técnica deverá restringir-se aos documentos necessários à comprovação da capacidade do licitante para o fornecimento do objeto, não se confundindo com os demais documentos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório.

13.10.1.8 Não será admitida a utilização de atestado de capacidade técnica relativo a potencial subcontratado para fins de comprovação da qualificação técnica, uma vez que a subcontratação do objeto não será admitida nesta contratação.

13.10.1.9 A exigência de qualificação técnica estabelecida neste item deverá ser interpretada de forma proporcional à natureza e à complexidade do objeto, limitando-se à demonstração de que o licitante possui experiência anterior compatível com o fornecimento dos bens pretendidos pela Administração.

14. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1 Deverá apresentar como complemento dos documentos de habilitação, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES, conforme modelo ANEXO VI.

14.2 A referida declaração deverá estar assinada e datada, sendo esta, se possível, objeto de diligência saneadora.

15. DAS DILIGÊNCIAS

15.1 Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas

fiscais relativas ao(s) atestado(s) técnico(s) emitido(s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

15.2 Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 16h: 00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA do processo licitatório.

15.3 Não será realizada autenticação de documentação no dia da abertura dos documentos, em hipótese nenhuma.

15.4 As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, conforme ANEXO II, de acordo com o prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) em ata.

15.5 As autenticações seguem o disposto na Lei nº 14.133/23 e no Decreto Municipal nº 361/2023.

15.6 A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerida dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do(a) Pregoeiro(a), no âmbito de sua competência.

15.7 A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)”, bem como, SOMENTE, em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo(a) Pregoeiro(a), também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, próprios do Departamento Compras e Licitações alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br; waldemir.fonseca@navegantes.sc.gov.br e/ou adm.licitação@navegantes.sc.gov.br.

15.8 O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails será desconsiderado, exceto se informado pelo(a) Pregoeiro(a), via *chat*, no sistema BNC, algum e-mail diverso destes informados.

15.9 Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.

16. DOS RECURSOS

16.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 15 (quinze) minutos**, em **campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.

16.2 As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis.

16.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

16.4 Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões poderão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, e ainda, sem prejuízo da sua apreciação, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, próprios do Departamento de Compras e Licitações alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br; waldemir.fonseca@navegantes.sc.gov.br e/ou adm.licitação@navegantes.sc.gov.br, sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo, o corpo do e-mail da empresa recorrente e/ou da contrarrazoante.

16.5 O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.

16.6 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto do subitem 16.1, importará na decadência desse direito.

16.6.1 Caso o licitante não manifeste intenção de recurso, nos termos do subitem 16.1, mas apresente recurso no prazo de 03 (três) dias úteis após a fase de manifestação de intenção de recursos, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro analisar os fatos narrados quando o argumento se referir à situação que possa caracterizar uma nulidade absoluta ou situação que altera substancialmente o resultado certame.

16.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

17. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

17.1 Após a manifestação dos interessados, o Agente de Contratação/Pregoeiro fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;

b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

17.2 Após análise e manifestação do Agente de Contratação/Pregoeiro sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

17.3 No caso de o Agente de Contratação/Pregoeiro não reconsiderar o ato ou a decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade

superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.3.1 A autoridade superior emitirá a decisão final.

17.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

17.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Superior.

18. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO

18.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18.3 Após a homologação, o Contrato será encaminhado por meio digital para a devida assinatura. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após sua publicação no PNCP, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

18.4 A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Contratante.

18.5 O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o link para acesso.

18.6 É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

18.7 Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

18.8 Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

18.8.1 O prazo de assinatura do CONTRATO é de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de envio por meio eletrônico.

18.9 Para assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá apresentar:

18.9.1 Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas.

18.10 Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

18.11 É de responsabilidade do vencedor manter o cadastro de fornecedor atualizado junto a Prefeitura Municipal de Navegantes.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (ANEXO I) e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme Termo de Referência (ANEXO I), e concomitantemente, no CONTRATO (ANEXO VIII).

21 DO PAGAMENTO

21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), além da Minuta do Contrato (Anexo VIII), sendo parte integrante deste edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dia úteis, caracterizando inexecução parcial;

b) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;

c) Advertência;

d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES pelo prazo de até 03 (três) anos;

e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei Nº 14.133/2021.

22.2 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

22.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES;

22.4 O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

22.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.6 O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos sobre o edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através

de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras e nos e-mails no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.2 As dúvidas/questionamentos, e as impugnações deverão ser encaminhadas com documentos que identifiquem o(a) interessado(a), e poderão ser enviadas exclusivamente através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme a legislação.

23.3 Não sendo formulado pedido de esclarecimento, providência ou impugnação a este edital até o prazo previsto na legislação, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e documentos de habilitação, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

23.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do pregão divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico BNC e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, conforme a possibilidade e o andamento do processo.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 A adjudicação e/ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade, a segurança da contratação e os demais princípios inerentes à Lei nº 14.133/21.

24.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, de segunda-feira à sexta-feira, e em horário estabelecido, 13h00min às 19h00min.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 Para os documentos que não informarem sua data de validade/vigência de forma expressa, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias após sua emissão.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, além do site do Município, no endereço https://navegantes.sc.gov.br.

25.2 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (TR);

ANEXO II – Exigências para Habilitação Complementar (Pós-Disputa);

ANEXO III – Modelo de Proposta;

ANEXO IV – Termo de Adesão;

ANEXO V – Custo pela utilização do sistema BNC;

ANEXO VI – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações;

ANEXO VII – Declaração ME/EPP;

ANEXO VIII – Minuta de Contrato

ANEXO IX – Declaração de pendências de faturamento e pagamento

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À ESCOLA DE ARTE DONA BENTICA E À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
LOTE 1					
01	BARRA DE BALÉ MÓVEL ● Conjunto composto por 03 barras de balé móveis, modelo duplo, com estrutura metálica reforçada, indicadas para aulas de dança, balé, alongamento e atividades corporais. ● Cada unidade deverá possuir 2,50 metros de comprimento. ● Cada unidade deverá possuir duas barras horizontais paralelas, com altura aproximada de 1,00 metro para a barra superior e 0,70 metro para a barra inferior, com distância aproximada de 30 cm entre elas. ● As barras horizontais deverão possuir diâmetro externo de 40 mm (4 cm), com espessura da parede do tubo de 4 mm, proporcionando resistência e segurança para o uso em atividades de balé e dança. ● Estrutura com pés de apoio laterais em formato triangular ou tipo cavalete, com abertura e estabilidade de aproximadamente 50 cm. ● Estrutura confeccionada em tubo metálico resistente, com acabamento liso, sem rebarbas, quinas cortantes ou partes que possam oferecer risco aos usuários. ● Pintura com acabamento resistente, preferencialmente pintura eletrostática, na cor branca ou a definir. ● Pontas ou sapatas de borracha antiderrapante nos pés, para evitar deslizamento e proteger o piso. ● Produto móvel, firme, estável e seguro, sem necessidade de fixação no piso. ● Adequada para uso coletivo em ambiente escolar e cultural. ● Frete, montagem e/ou instalação inclusos. ● Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	UNID	03	R$ 1.542,67	R$ 4.628,01
02	COLCHONETE PARA ATIVIDADES CORPORAIS ● COLCHONETE INDIVIDUAL PARA USO EM AULAS DE DANÇA, BALÉ, ALONGAMENTO, EXERCÍCIOS DE SOLO, AQUECIMENTO E	UNID	20	R$ 35,72	R$ 714,40

	ATIVIDADES CORPORAIS EM GERAL. ● MEDIDAS APROXIMADAS DE 100 CM A 120 CM DE COMPRIMENTO, 50 CM A 60 CM DE LARGURA E ESPESSURA MÍNIMA DE 3 CM. ● MATERIAL INTERNO EM ESPUMA DE BOA DENSIDADE, CONFORTÁVEL E RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. ● REVESTIMENTO EXTERNO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COMO COURVIN, NAPA, VINIL OU MATERIAL SIMILAR. ● ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA, SUPERFÍCIE LISA, SEM RASGOS, REBARBAS, PARTES CORTANTES OU QUALQUER ELEMENTO QUE POSSA OFERECER RISCO AOS USUÁRIOS. ● MATERIAL RESISTENTE AO USO FREQUENTE EM AULAS COLETIVAS, COM BOA DURABILIDADE E FÁCIL ARMAZENAMENTO. ● PRODUTO LEVE, DE FÁCIL TRANSPORTE, MANUSEIO E ORGANIZAÇÃO. ● COR A DEFINIR CONFORME DISPONIBILIDADE. ● INDICADO PARA USO EM AMBIENTE ESCOLAR, CULTURAL E ATIVIDADES FÍSICAS LEVES. ● O COLCHONETE DEVERÁ OFERECER CONFORTO, SEGURANÇA E ESTABILIDADE DURANTE EXERCÍCIOS DE SOLO, ALONGAMENTOS E PRÁTICAS CORPORAIS. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
03	FORNO PARA QUEIMA DE CERÂMICA ● FORNO PARA QUEIMA DE CERÂMICA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 160 LITROS, INDICADO PARA USO EM ATELIÊS, ESCOLAS DE ARTE, OFICINAS DE CERÂMICA E ATIVIDADES FORMATIVAS. ● CAPACIDADE APROXIMADA DE 160 LITROS. ● MEDIDA INTERNA APROXIMADA DE 61 CM X 57 CM. ● MEDIDA EXTERNA APROXIMADA DE 83 CM X 93 CM. ● PESO APROXIMADO DE 170 KG. ● TEMPERATURA MÍNIMA DE TRABALHO DE 1300 °C. ● ESTRUTURA CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA E DURABILIDADE EQUIVALENTE. ● ISOLAMENTO TÉRMICO DUPLO, ADEQUADO PARA ALTA TEMPERATURA. ● CONTROLADOR DIGITAL TOUCH SCREEN OU SISTEMA EQUIVALENTE DE CONTROLE DIGITAL. ● CONTROLE DE TEMPERATURA MULTIZONAS. ● PROGRAMAÇÃO AUTOMÁTICA DOS CICLOS DE QUEIMA.	UNID	01	R$ 15.863,33	R$ 15.863,33

	● CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO DE ATÉ 20 PROGRAMAS AUTOMÁTICOS, COM MÚLTIPLAS RAMPAS E PATAMARES. ● RELÓGIO COM TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE INÍCIO AUTOMÁTICO. ● VISOR DAS ZONAS DE QUEIMA E GRÁFICO/HISTÓRICO DE QUEIMA. ● RESISTÊNCIAS DIMENSIONADAS PARA ALTA TEMPERATURA. ● TERMOPARES PARA CONTROLE DE TEMPERATURA. ● RELÉS DE ESTADO SÓLIDO OU SISTEMA DE ACIONAMENTO EQUIVALENTE. ● TAMPA COM MOLAS, PRESILHAS DE FIXAÇÃO E ALÇAS PARA MANUSEIO SEGURO. ● ESPIAS PARA SAÍDA DE VAPORES E ACOMPANHAMENTO DA QUEIMA. ● BASE MÓVEL COM PÉS, GARANTINDO ESTABILIDADE E SEGURANÇA DURANTE O USO. ● EQUIPAMENTO INDICADO PARA QUEIMA DE CERÂMICA ARTÍSTICA, PEÇAS ESMALTADAS, BISCOITO CERÂMICO E DEMAIS PROCESSOS COMPATÍVEIS COM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA. ● PRODUTO COM FRETE, ENTREGA TÉCNICA E ORIENTAÇÃO BÁSICA DE USO INCLUÍDOS. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
TOTAL					**R$21.205,74**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
	LOTE 2				
01	MICROFONE DE LAPELA SEM FIO ● MICROFONE DE LAPELA INDICADO PARA GRAVAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS, ENTREVISTAS, VÍDEOS INSTITUCIONAIS, COBERTURA DE EVENTOS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL. ● DEVERÁ POSSUIR CAPTAÇÃO DE ÁUDIO CLARA E ESTÁVEL, COM TRANSMISSÃO SEM FIO, SISTEMA RECARREGÁVEL E COMPATIBILIDADE COM EQUIPAMENTOS DE GRAVAÇÃO, CÂMERAS E/OU DISPOSITIVOS MÓVEIS. ● EQUIPAMENTO PORTÁTIL, DE FÁCIL TRANSPORTE E MANUSEIO, ADEQUADO PARA USO EM AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UNID.	01	R$ 851,54	R$ 851,54
02	BASTÃO DE LED PORTÁTIL ● BASTÃO DE LED PORTÁTIL, RECARREGÁVEL, INDICADO PARA ILUMINAÇÃO DE APOIO EM GRAVAÇÕES DE VÍDEOS, FOTOGRAFIAS, ENTREVISTAS, COBERTURAS DE EVENTOS E PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS. ● DEVERÁ POSSUIR AJUSTE DE INTENSIDADE DE LUZ E AJUSTE DE TEMPERATURA	UNID.	01	R$ 336,06	R$ 336,06

	DE COR, PERMITINDO ADAPTAÇÃO A DIFERENTES AMBIENTES DE GRAVAÇÃO. ● EQUIPAMENTO PORTÁTIL, LEVE, DE FÁCIL TRANSPORTE E MANUSEIO, COM BATERIA RECARREGÁVEL. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO				
03	CAGE / GAIOLA PARA SMARTPHONE ● CAGE/Gaiola PARA SMARTPHONE, COMPATÍVEL COM IPHONE 15, 16, 17 OU MODELOS COMPATÍVEIS, INDICADA PARA ESTABILIZAÇÃO E APOIO EM GRAVAÇÕES DE VÍDEOS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO. ● DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA METÁLICA RESISTENTE, COM ENCAIXES PARA ACESSÓRIOS COMO MICROFONE, ILUMINADOR, TRIPÉ OU SUPORTES AUXILIARES. ● EQUIPAMENTO INDICADO PARA MELHORAR A ESTABILIDADE, SEGURANÇA E QUALIDADE DAS GRAVAÇÕES REALIZADAS COM SMARTPHONE. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID.	01	R$ 408,63	R$ 408,63
04	LUZ LED PORTÁTIL PARA CÂMERA ● LUZ LED PORTÁTIL PARA CÂMERA, INDICADA PARA ILUMINAÇÃO COMPLEMENTAR EM FOTOGRAFIAS, GRAVAÇÕES, ENTREVISTAS E COBERTURAS DE EVENTOS. ● DEVERÁ SER COMPACTA, PORTÁTIL E DE FÁCIL MANUSEIO, PODENDO SER UTILIZADA EM CÂMERAS, SUPORTES, TRIPÉS OU OUTROS ACESSÓRIOS COMPATÍVEIS. ● EQUIPAMENTO INDICADO PARA MELHORAR A QUALIDADE DA IMAGEM EM AMBIENTES COM BAIXA ILUMINAÇÃO OU NECESSIDADE DE LUZ DE APOIO. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID.	01	R$ 330,98	R$ 330,98
05	ILUMINADOR LED COM TRIPÉ E FONTE ● ILUMINADOR LED COM TRIPÉ E FONTE, MODELO BICOLOR, TIPO LED, INDICADO PARA GRAVAÇÕES, ENTREVISTAS, FOTOGRAFIAS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL. ● DEVERÁ POSSUIR ILUMINAÇÃO UNIFORME, AJUSTE DE INTENSIDADE E TEMPERATURA DE COR, COM FUNCIONAMENTO POR FONTE DE ALIMENTAÇÃO. ● DEVERÁ ACOMPANHAR TRIPÉ COMPATÍVEL, POSSIBILITANDO AJUSTE DE ALTURA E POSICIONAMENTO DA LUZ CONFORME A NECESSIDADE DA GRAVAÇÃO. ● EQUIPAMENTO PORTÁTIL, VERSÁTIL E ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS CONTROLADOS. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID.	01	R$ 268,44	R$ 268,44

06	TELEPROMPTER PORTÁTIL PARA CÂMERA E CELULAR ● TELEPROMPTER PORTÁTIL PARA CÂMERA E CELULAR, COM CONTROLE, INDICADO PARA GRAVAÇÕES DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS, APRESENTAÇÕES, CHAMADAS PÚBLICAS, ENTREVISTAS E CONTEÚDOS INFORMATIVOS. ● DEVERÁ SER DOBRÁVEL, PORTÁTIL E COMPATÍVEL COM CÂMERAS E SMARTPHONES. ● DEVERÁ POSSUIR LENTE/VIDRO DE LEITURA ADEQUADO PARA EXIBIÇÃO DE TEXTO DURANTE A GRAVAÇÃO, SEM PREJUDICAR A CAPTAÇÃO DA IMAGEM. ● DEVERÁ ACOMPANHAR CONTROLE PARA PASSAGEM OU AJUSTE DO TEXTO DURANTE A UTILIZAÇÃO. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID.	01	R$ 510,29	R$ 510,29
07	ARMAZENAMENTO PORTÁTIL / SSD EXTERNO ● SSD EXTERNO PORTÁTIL, CAPACIDADE DE 1T, INDICADO PARA ARMAZENAMENTO, TRANSFERÊNCIA E BACKUP DE ARQUIVOS DE FOTOS, VÍDEOS, PROJETOS AUDIOVISUAIS E MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. ● DEVERÁ POSSUIR ALTA VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE DADOS, CONEXÃO COMPATÍVEL COM COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE EDIÇÃO, DESIGN COMPACTO E RESISTENTE PARA TRANSPORTE. ● EQUIPAMENTO ADEQUADO PARA ARMAZENAMENTO DE ARQUIVOS PESADOS, COMO VÍDEOS EM ALTA RESOLUÇÃO, IMAGENS, CAPTAÇÕES DE DRONE E materiais de divulgação. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID.	01	R$ 716,30	R$ 716,30
TOTAL					**R$3.422,24**

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 111 da Lei n° 14.133/2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação decorre da necessidade de aquisição de equipamentos destinados ao fortalecimento das atividades culturais, educativas, artísticas e de comunicação desenvolvidas pela Fundação Cultural de Navegantes, mediante a aplicação de recursos

provenientes de emenda parlamentar municipal, destinados à estruturação e ao aprimoramento das ações realizadas pela instituição.

A Fundação Cultural de Navegantes desempenha papel relevante na promoção, organização, valorização e difusão das manifestações culturais do Município, desenvolvendo atividades voltadas à formação artística, à educação cultural, à realização de oficinas, aulas, exposições, eventos, projetos e demais iniciativas destinadas à comunidade. Para o adequado desenvolvimento dessas ações, mostra-se necessária a disponibilização de equipamentos compatíveis com as atividades realizadas, de modo a proporcionar melhores condições de trabalho, aprendizagem, produção artística e divulgação das ações culturais.

No âmbito das atividades de formação artística, especialmente aquelas relacionadas à dança, às atividades corporais e à cerâmica, a aquisição de equipamentos adequados contribuirá para a melhoria das condições de desenvolvimento das atividades pedagógicas e práticas, proporcionando aos alunos e profissionais envolvidos recursos necessários à realização das aulas e oficinas. A disponibilização de barras de balé móveis, colchonetes e forno para queima de cerâmica permitirá estruturar e qualificar os espaços destinados às atividades artísticas, favorecendo o desenvolvimento das habilidades dos participantes, a criatividade, a experimentação e a continuidade das ações de formação cultural.

Paralelamente, verifica-se a necessidade de aprimoramento da estrutura de comunicação institucional da Fundação Cultural de Navegantes. A divulgação das atividades culturais, eventos, exposições, projetos, programas e demais ações promovidas pela instituição exige equipamentos adequados para captação de áudio, iluminação, gravação, produção, armazenamento e apresentação de conteúdos audiovisuais. A insuficiência desses recursos limita a capacidade de produção de materiais com qualidade adequada e pode comprometer o alcance das informações dirigidas à comunidade, permitirá aprimorar a produção de conteúdos audiovisuais, facilitar a cobertura de eventos e atividades culturais, melhorar a qualidade das gravações e ampliar as possibilidades de divulgação das ações institucionais.

A modernização dos equipamentos de comunicação também contribuirá para o fortalecimento das redes sociais e dos canais institucionais de divulgação, possibilitando que as informações sobre eventos, atividades, projetos e políticas culturais sejam produzidas e disponibilizadas de maneira mais eficiente, acessível e atrativa. Dessa forma, a aquisição dos equipamentos não representa apenas uma melhoria da estrutura física e operacional da Fundação Cultural, mas constitui instrumento necessário para ampliar a comunicação com a população e democratizar o acesso às informações relativas às atividades culturais promovidas pelo Município.

A necessidade da contratação, portanto, está fundamentada na busca pela melhoria das condições materiais e operacionais para execução das atividades culturais e educativas, bem como no aprimoramento da capacidade institucional de registrar, produzir, armazenar e divulgar conteúdos relacionados às ações da Fundação Cultural de Navegantes.

A aquisição dos equipamentos deverá proporcionar benefícios diretos aos profissionais responsáveis pela execução das atividades e aos alunos e participantes das ações culturais e educativas, bem como benefícios indiretos à comunidade em geral, que poderá ter maior acesso às atividades, informações, registros e conteúdos produzidos pela Fundação Cultural.

A contratação encontra-se, ainda, alinhada à finalidade dos recursos oriundos de emenda parlamentar municipal, destinados à aquisição de equipamentos, permitindo que os recursos públicos sejam aplicados na melhoria da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das políticas públicas culturais e ao atendimento das demandas identificadas pela Fundação Cultural de Navegantes.

Dessa forma, a aquisição mostra-se necessária e adequada ao interesse público, uma vez que permitirá a estruturação e modernização dos recursos disponíveis para as atividades artísticas, educativas e de comunicação institucional, contribuindo para a melhoria da qualidade das ações desenvolvidas, para o fortalecimento da produção e divulgação cultural e para a ampliação do acesso da comunidade às iniciativas promovidas pela Fundação Cultural de Navegantes.

2.2 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução consiste na aquisição de equipamentos destinados à estruturação, modernização e aprimoramento das atividades culturais, artísticas, educativas e de comunicação desenvolvidas pela Fundação Cultural de Navegantes, mediante a utilização de recursos provenientes de emenda parlamentar municipal. A contratação foi concebida a partir das necessidades identificadas pela instituição, buscando proporcionar melhores condições materiais e operacionais para a execução das ações desenvolvidas em benefício da comunidade.

De forma integrada, a solução contempla a melhoria da infraestrutura destinada às atividades de formação artística e educativa, proporcionando recursos adequados para o desenvolvimento de aulas, oficinas e práticas relacionadas às diferentes linguagens artísticas desenvolvidas pela Fundação Cultural. A aquisição contribuirá para a qualificação dos

espaços e das condições de ensino e aprendizagem, permitindo que alunos, professores e demais participantes das atividades disponham de estrutura compatível com as ações realizadas pela instituição.

A solução também contempla o fortalecimento da estrutura de comunicação institucional da Fundação Cultural de Navegantes, mediante a aquisição de equipamentos destinados ao apoio à produção, registro, armazenamento e divulgação de conteúdos relacionados às atividades culturais. A disponibilização desses recursos permitirá aprimorar a qualidade dos registros audiovisuais e dos materiais de comunicação produzidos pela instituição, favorecendo a divulgação de eventos, projetos, oficinas, exposições, apresentações e demais ações culturais.

A melhoria da estrutura de comunicação possibilitará maior autonomia para a Fundação Cultural na produção e organização de conteúdos institucionais, contribuindo para o fortalecimento de seus canais de divulgação e para a ampliação do alcance das informações destinadas à população. Dessa forma, a solução também atua como instrumento de transparência, divulgação e democratização do acesso às ações e políticas culturais desenvolvidas pelo Município.

Os bens a serem adquiridos serão incorporados à estrutura da Fundação Cultural de Navegantes e utilizados de maneira integrada às atividades já desenvolvidas pela instituição, permitindo seu aproveitamento em diferentes ações, projetos e iniciativas. A solução foi dimensionada de modo a atender às necessidades apresentadas, evitando aquisições dissociadas da finalidade pública pretendida e proporcionando melhor aproveitamento dos recursos provenientes da emenda parlamentar municipal.

A aquisição dos equipamentos permitirá, ainda, ampliar a capacidade operacional da Fundação Cultural, proporcionando melhores condições para a continuidade e o desenvolvimento das atividades culturais e educativas, bem como para o registro e a divulgação das ações realizadas. A solução deverá contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços e atividades oferecidos à comunidade, fortalecendo a atuação institucional da Fundação Cultural na promoção, valorização e difusão da cultura.

Considerando o conjunto da contratação, verifica-se que os bens possuem finalidades distintas, porém complementares, convergindo para um mesmo objetivo: fortalecer a estrutura da Fundação Cultural de Navegantes e proporcionar melhores condições para a execução e divulgação de suas atividades. A solução, portanto, deve ser compreendida como uma ação integrada de estruturação institucional, destinada a atender tanto às necessidades

relacionadas à formação e produção artística quanto à comunicação e difusão das ações culturais.

Ao longo de sua utilização, os equipamentos deverão ser empregados de acordo com suas respectivas finalidades e especificações, observadas as orientações de conservação e uso adequado, de modo a assegurar o melhor aproveitamento dos bens e a preservação do investimento público realizado.

Dessa forma, a solução como um todo mostra-se adequada às necessidades identificadas pela Fundação Cultural de Navegantes, permitindo o fortalecimento das atividades artísticas, culturais e educativas, o aprimoramento da comunicação institucional e a ampliação do acesso da comunidade às ações desenvolvidas, em consonância com a finalidade dos recursos provenientes da emenda parlamentar municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deverá observar os requisitos necessários e suficientes para assegurar que os bens fornecidos atendam adequadamente às necessidades da Fundação Cultural de Navegantes, considerando suas características, finalidades de utilização, qualidade, funcionalidade, durabilidade e compatibilidade com as atividades culturais, artísticas, educativas e de comunicação institucional desenvolvidas pela Administração.

4.2 Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de utilização anterior, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, acompanhados, quando aplicável, de seus respectivos acessórios, componentes, cabos, fontes de alimentação, manuais e demais elementos necessários ao seu regular funcionamento, observadas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3 Os bens deverão apresentar qualidade e desempenho compatíveis com as finalidades para as quais serão adquiridos, devendo atender integralmente às características e especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório. Não serão aceitos produtos que apresentem defeitos, avarias, incompatibilidades, funcionamento inadequado ou características inferiores às exigidas.

4.4 Considerando a natureza dos objetos e a necessidade de assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, os bens deverão apresentar condições de durabilidade e resistência compatíveis com o uso a que se destinam, de modo a possibilitar sua utilização regular nas atividades da Fundação Cultural e evitar substituições prematuras decorrentes de baixa qualidade ou inadequação do produto.

Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.5 Não será realizada indicação de marca ou modelo específico como requisito para participação ou fornecimento. As especificações dos objetos serão estabelecidas mediante descrição de suas características, funcionalidades, desempenho e demais requisitos necessários ao atendimento da necessidade administrativa, preservando-se a competitividade do certame.

Eventuais referências técnicas constantes das especificações deverão ser compreendidas exclusivamente como parâmetros de características e desempenho pretendidos, não podendo ser interpretadas como exigência de fornecimento de marca ou modelo determinado.

Da exigência de amostra

4.6 Não será exigida a apresentação de amostra, protótipo, prova de conceito, teste ou exame de conformidade como condição para participação ou classificação no certame.

A verificação da conformidade dos bens ocorrerá por ocasião do recebimento, mediante conferência das especificações, quantidades, características, integridade e condições de funcionamento dos produtos, conforme os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.7 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8 Não será exigida garantia da contratação de que trata o art. 96 da Lei 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da ordem de serviço.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no Centro Integrado de Armazenamento e Distribuição (CIAD) localizado na Avenida das Quaresmeiras (antiga Rua Orlando Ferreira), número 952, Bairro Machados, Navegantes/SC.

5.3.1 É obrigatório agendamento prévio realizado exclusivamente através do e-mail: ciad.navegantes@branetlogistica.com.br – Tentativa de entrega sem agendamento prévio não será recebida.

5.3.2 As demais orientações complementares serão fornecidas pela equipe do CIAD na resposta do e-mail de confirmação do agendamento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas,

informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 **(dez)** dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 **(vinte)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias** úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

7.8 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal.

7.9 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.12 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13 Não haverá pagamento antecipado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR POR LOTE.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

Exigências de habilitação

8.3 Conforme art. 65 da Lei nº 14.133/2021, as condições de habilitação serão definidas em edital.

Habilitação jurídica

8.4 A habilitação jurídica será de acordo com o art. 66 da lei n. 14.133/2021.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5 As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas conforme art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

Qualificação Econômico-Financeira

8.6 A comprovação financeira será feita de acordo com art. 69. Da Lei n. 14.133/2021.

Qualificação Técnica

8.7 A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei 14.133/2021.

8.7.1 Para fins de comprovação da qualificação técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida do licitante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de bens compatíveis com o objeto desta contratação, em características e natureza, demonstrando experiência na comercialização e fornecimento de equipamentos e materiais de natureza semelhante aos que constituem o objeto da licitação.

8.7.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação da pessoa jurídica emitente, a identificação do licitante contratado, a descrição dos bens fornecidos e demais

informações suficientes para permitir a verificação da compatibilidade do fornecimento realizado com o objeto da presente contratação.

8.7.3 Considerando que o objeto consiste na aquisição de bens e não envolve a execução de obra ou serviço de engenharia, não serão exigidos atestados de responsabilidade técnica de profissional registrado em conselho profissional, indicação de pessoal técnico, instalações ou aparelhamento específico, registro ou inscrição em entidade profissional, ou outros requisitos previstos nos incisos I, III e V do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, por não serem pertinentes à natureza do objeto.

8.7.4 Não será exigida comprovação de quantitativo mínimo de bens fornecidos anteriormente, tendo em vista que o objeto possui natureza de aquisição de equipamentos e materiais, não se identificando, para esta contratação, parcela de maior relevância ou valor significativo que justifique a imposição de quantitativo mínimo de experiência anterior.

8.7.5 Não será estabelecida limitação temporal ou territorial para os atestados apresentados, observando-se, quando aplicável, o disposto no §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.7.6 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados da respectiva tradução para o português, ressalvada a hipótese de comprovada inidoneidade da entidade emissora, nos termos do §4º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.7.7 Os atestados apresentados serão analisados quanto à compatibilidade de suas características com o objeto da contratação, não sendo exigida identidade integral entre os bens anteriormente fornecidos e aqueles previstos nesta licitação, de modo a preservar a competitividade do certame.

8.7.8 A documentação relativa à qualificação técnica deverá restringir-se aos documentos necessários à comprovação da capacidade do licitante para o fornecimento do objeto, não se confundindo com os demais documentos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório.

8.7.9 Não será admitida a utilização de atestado de capacidade técnica relativo a potencial subcontratado para fins de comprovação da qualificação técnica, uma vez que a subcontratação do objeto não será admitida nesta contratação.

8.7.10 A exigência de qualificação técnica estabelecida neste item deverá ser interpretada de forma proporcional à natureza e à complexidade do objeto, limitando-se à demonstração de que o licitante possui experiência anterior compatível com o fornecimento dos bens pretendidos pela Administração.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R$23.753,76 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Lote 01:

- ***Referência: 615***
- ***Órgão: 06***
- ***Unidade: 001***
- ***Ação: 2068***
- ***Elemento: 34490000000000000***
- ***Subelemento: 52.99***
- ***Vínculo: 150070118104***

Lote 02:

- ***Referência: 601***
- ***Órgão: 06***
- ***Unidade: 001***
- ***Ação: 2068***
- ***Elemento: 34490000000000000***
- ***Subelemento: 52.06***
- ***Vínculo: 150070118106***

11. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

11.1 Considerando que a Lei nº 14.133/2021, dispõe em seu art. 15[1], que a não participação de empresas, constituídas sob a forma de consórcio, deve ser justificada.

11.2 Dessa forma, para o objeto que se pretende contratar **EQUIPAMENTOS DESTINADOS À ESCOLA DE ARTE DONA BENTICA E À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA**

[1] Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas: (...)

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, conforme solicitação da Fundação Cultural de Navegantes, em razão de **não** demandar alta complexidade técnica, não se mostra viável à Administração a participação de empresas consorciadas, não trazendo nenhum prejuízo econômico ou de restrição à competição tal vedação.

Sobre o tema, Marçal Justen Filho assevera:

> *No Direito Administrativo, algumas das características do consórcio foram afastadas. O ponto fundamental da distinção reside na responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados, ao longo da execução do contrato administrativo.*
> *Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivados pelo nosso Direito. Assim se passa porque, como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejados.*
> *O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Aliás, a composição entre os potenciais interessados para participar de licitação pode alcançar a dimensão da criminalidade.*[2]

Segue ainda o renomado Doutrinador discorrendo sobre o tema relacionando-o com a competição no certame:

> *Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto torna problemática a competição.*
> *É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.*[3]

A participação de consórcios mostra-se viável, quando o objeto considerado for *"de alta complexidade ou vulto"*, o que não seria o caso do objeto sob exame, conforme a definição trazida pela Lei nº 14.133/2021, vejamos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> *[...];*

---

[2] Justen Filho, Marçal Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021 / Marçal Justen Filho. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, 292/293.
[3] Idem 2, p. 293.

> *XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);*

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e fora dos valores preceituados pela legislação como grande vulto, atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

Acerca do tema, importante consignar o entendimento do Tribunal de Contas da União, vejamos:

> *A respeito da participação de consórcios, a jurisprudência desta Corte de Contas tem assentado que o art. 33 da Lei 8.666/1993 deixa à discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio no certame, devendo o desígnio ser verificado caso a caso.*
> *Quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade, via de regra, a Administração, com intuito de aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. No entanto, essa hipótese não ocorre no contexto ora em análise, pois, como já mencionado acima, os serviços licitados não envolvem questões de alta complexidade técnica (...).*
> *Ademais, a participação de consórcios em torneios licitatórios não garante aumento de competitividade, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionaram o Acórdão 2813/2004-TCU-Primeira Câmara, que reproduzo abaixo:*
> *O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). (Acórdão n. 1946/2006 – Plenário, Rel. Min. Marcos Bem querer Costa, sessão 18/10/2006).*

Posto isto, a permissão da participação de empresas, constituídas sob a forma de consórcio, poderia trazer prejuízos ao ânimo competitivo do certame, bem como na busca pela proposta mais vantajosa.

Navegantes, 17 de setembro de 2026.

ANA CARINE BICACO DE MATTOS

Matrícula nº 63413/1-2

MARCOS VENÍCIO MONTAGNA

Superintendente Fundação Cultural de Navegantes

ANEXO II

HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR E DILIGÊNCIAS SANEADORAS

1.1 Dentre as atribuições do(a) Pregoeiro(a), destaca-se, em relação à habilitação, a verificação e julgamento das condições de habilitação, saneado erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação, que deverão estar anexadas de forma eletrônica, nos moldes da legislação.

1.2 Será julgada inabilitada a proponente que:

a) Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.

b) Deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

c) Apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;

d) Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;

e) Apresentar documento de regularidade fiscal, social ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

1.3 A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa de lances, os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO, quando estes forem considerados, pelo(a) Pregoeiro(a), constantes no item 13 do edital, assim que for autorizado, e dentro do prazo estabelecido e devidamente justificado.

1.4 A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerida dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, via chat no sistema BNC, ficando adstrito à conveniência da Administração Pública, quando não for especificado prazo legal, sob a autoridade do(a) Pregoeiro(a), no âmbito de sua competência, e sempre com critérios de razoabilidade e interesse público.

1.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

1.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o art. 59, §2º e o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, sendo a ocorrência registrada em ata.

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Objeto: **PREGÃO ELETRÔNICO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À ESCOLA DE ARTE DONA BENTICA E À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES**

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
	TOTAL EM R$					
	Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.					
	DADOS DO PROPONENTE					
	Nome:					
	Razão Social:					

	Endereço Completo:
	CNPJ:
	Telefone: E-mail:
	VALIDADE DA PROPOSTA: (não inferior a 60 dias corridos):
	PRAZO PARA ENTREGA:
	GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS:
	CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS: Em até 30 (trinta) dias após a emissão de nota fiscal.
	LOCAL PARA ENTREGA:
	LOCAL MAIS PRÓXIMO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

LOCAL/DATA _____

Agência Bancaria n° _____

Banco: _____

Conta-Corrente n° _____

_____

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS "BNC" E DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	( ) ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Inscrição Municipal:	
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	
Informações Bancárias:	Banco:
Agência:	C/C:
e-mail ( ) no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais	

***o e-mail obrigatoriamente, deverá ser do representante legal da empresa**

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras

"BNC", do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras "BNC", dos quais declara ter pleno conhecimento;

iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema;

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.

4. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.

5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____/_____ de _____ 20_____.

_____

Representante Legal:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

ANEXO V

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

- PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras, para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital. Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada. **Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta os seguintes planos de pagamento:**

Plano de Adesão	**A**	**R$ 118,80 única participação por edital**
Plano de Adesão	**B**	**R$ 162,00 (mensal)**
Plano de Adesão	**C**	**R$ 432,00 (trimestral)**

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

Plano de Adesão A, esse plano é exclusivamente para uma única participação.
Plano de Adesão B, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.
Plano de Adesão C, o respectivo contrato é trimestral a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTROS) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de Compras e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

A cobrança do plano de adesão, será emitida no momento do cadastro através de “boleto bancário”. A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas. Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 (dez(dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

_____

Representante Legal:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOSDE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

A pessoa jurídica denominada _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

a) DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;

b) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;

c) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;

d) DECLARA, que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos;

e) DECLARA, sob as penalidades da Lei que, não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; Com o estrito cumprimento dos artigos 7º, inciso III, 14, inciso IV, e 122, §3º, da Lei nº 14.133/21.

f) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade

Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;

g) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

h) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 11.129/2022, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.

i) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas.

j)DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, ____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

At. – Pregoeiro e equipe de apoio

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026 FCN.

A empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ neste ato representada por _____ seu _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Por ser verdade assina a presente;

Navegantes, ____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ

ANEXO VIII

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026 FCN

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2026 FCN

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC,
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio, nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, através da Fundação Cultural de Navegantes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.238.035/0001-14, neste ato representado pelo Superintendente, Sr. Marcos Venício Montagna, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na .....*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº 15/2026 FCN e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 15/2026 FCN, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À ESCOLA DE ARTE DONA BENTICA E À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
LOTE 1					
01	BARRA DE BALÉ MÓVEL ● Conjunto composto por 03 barras de balé móveis, modelo duplo, com estrutura metálica reforçada, indicadas para aulas de dança, balé, alongamento e atividades corporais. ● Cada unidade deverá possuir 2,50 metros de comprimento. ● Cada unidade deverá possuir duas barras horizontais paralelas, com altura aproximada de 1,00 metro para a barra superior e 0,70 metro para a barra inferior, com distância aproximada de 30 cm entre elas. ● As barras horizontais deverão possuir diâmetro externo de 40 mm (4 cm), com espessura da parede do tubo de 4 mm, proporcionando resistência e segurança para o uso em atividades de balé e dança. ● Estrutura com pés de apoio laterais em formato triangular ou tipo cavalete, com abertura e estabilidade de aproximadamente 50 cm. ● Estrutura confeccionada em tubo metálico resistente, com acabamento liso, sem rebarbas, quinas cortantes ou partes que possam oferecer risco aos usuários. ● Pintura com acabamento resistente, preferencialmente pintura eletrostática, na cor branca ou a definir. ● Pontas ou sapatas de borracha antiderrapante nos pés, para evitar deslizamento e proteger o piso. ● Produto móvel, firme, estável e seguro, sem necessidade de fixação no piso. ● Adequada para uso coletivo em ambiente escolar e cultural. ● Frete, montagem e/ou instalação inclusos. ● Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	UNID	03	R$	R$
02	COLCHONETE PARA ATIVIDADES CORPORAIS ● COLCHONETE INDIVIDUAL PARA USO EM AULAS DE DANÇA, BALÉ, ALONGAMENTO, EXERCÍCIOS DE SOLO, AQUECIMENTO E ATIVIDADES CORPORAIS EM GERAL. ● MEDIDAS APROXIMADAS DE 100 CM A 120 CM DE COMPRIMENTO, 50 CM A 60 CM DE LARGURA E ESPESSURA MÍNIMA DE 3 CM. ● MATERIAL INTERNO EM ESPUMA DE BOA DENSIDADE, CONFORTÁVEL E RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. ● REVESTIMENTO EXTERNO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COMO COURVIN, NAPA, VINIL OU MATERIAL SIMILAR. ● ACABAMENTO COM COSTURA REFORÇADA, SUPERFÍCIE LISA, SEM RASGOS, REBARBAS, PARTES CORTANTES OU QUALQUER ELEMENTO QUE POSSA OFERECER RISCO AOS USUÁRIOS. ● MATERIAL RESISTENTE AO USO FREQUENTE EM AULAS COLETIVAS, COM BOA	UNID	20	R$	R$

	DURABILIDADE E FÁCIL ARMAZENAMENTO. ● PRODUTO LEVE, DE FÁCIL TRANSPORTE, MANUSEIO E ORGANIZAÇÃO. ● COR A DEFINIR CONFORME DISPONIBILIDADE. ● INDICADO PARA USO EM AMBIENTE ESCOLAR, CULTURAL E ATIVIDADES FÍSICAS LEVES. ● O COLCHONETE DEVERÁ OFERECER CONFORTO, SEGURANÇA E ESTABILIDADE DURANTE EXERCÍCIOS DE SOLO, ALONGAMENTOS E PRÁTICAS CORPORAIS. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
03	FORNO PARA QUEIMA DE CERÂMICA ● FORNO PARA QUEIMA DE CERÂMICA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 160 LITROS, INDICADO PARA USO EM ATELIÊS, ESCOLAS DE ARTE, OFICINAS DE CERÂMICA E ATIVIDADES FORMATIVAS. ● CAPACIDADE APROXIMADA DE 160 LITROS. ● MEDIDA INTERNA APROXIMADA DE 61 CM X 57 CM. ● MEDIDA EXTERNA APROXIMADA DE 83 CM X 93 CM. ● PESO APROXIMADO DE 170 KG. ● TEMPERATURA MÍNIMA DE TRABALHO DE 1300 °C. ● ESTRUTURA CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA E DURABILIDADE EQUIVALENTE. ● ISOLAMENTO TÉRMICO DUPLO, ADEQUADO PARA ALTA TEMPERATURA. ● CONTROLADOR DIGITAL TOUCH SCREEN OU SISTEMA EQUIVALENTE DE CONTROLE DIGITAL. ● CONTROLE DE TEMPERATURA MULTIZONAS. ● PROGRAMAÇÃO AUTOMÁTICA DOS CICLOS DE QUEIMA. ● CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO DE ATÉ 20 PROGRAMAS AUTOMÁTICOS, COM MÚLTIPLAS RAMPAS E PATAMARES. ● RELÓGIO COM TIMER PARA PROGRAMAÇÃO DE INÍCIO AUTOMÁTICO. ● VISOR DAS ZONAS DE QUEIMA E GRÁFICO/HISTÓRICO DE QUEIMA. ● RESISTÊNCIAS DIMENSIONADAS PARA ALTA TEMPERATURA. ● TERMOPARES PARA CONTROLE DE TEMPERATURA. ● RELÉS DE ESTADO SÓLIDO OU SISTEMA DE ACIONAMENTO EQUIVALENTE. ● TAMPA COM MOLAS, PRESILHAS DE FIXAÇÃO E ALÇAS PARA MANUSEIO SEGURO. ● ESPIAS PARA SAÍDA DE VAPORES E ACOMPANHAMENTO DA QUEIMA. ● BASE MÓVEL COM PÉS, GARANTINDO	UNID	01	R$	R$

	ESTABILIDADE E SEGURANÇA DURANTE O USO. ● EQUIPAMENTO INDICADO PARA QUEIMA DE CERÂMICA ARTÍSTICA, PEÇAS ESMALTADAS, BISCOITO CERÂMICO E DEMAIS PROCESSOS COMPATÍVEIS COM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA. ● PRODUTO COM FRETE, ENTREGA TÉCNICA E ORIENTAÇÃO BÁSICA DE USO INCLUÍDOS. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
TOTAL					**R$**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
LOTE 2					
01	MICROFONE DE LAPELA SEM FIO ● MICROFONE DE LAPELA INDICADO PARA GRAVAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS, ENTREVISTAS, VÍDEOS INSTITUCIONAIS, COBERTURA DE EVENTOS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL. ● DEVERÁ POSSUIR CAPTAÇÃO DE ÁUDIO CLARA E ESTÁVEL, COM TRANSMISSÃO SEM FIO, SISTEMA RECARREGÁVEL E COMPATIBILIDADE COM EQUIPAMENTOS DE GRAVAÇÃO, CÂMERAS E/OU DISPOSITIVOS MÓVEIS. ● EQUIPAMENTO PORTÁTIL, DE FÁCIL TRANSPORTE E MANUSEIO, ADEQUADO PARA USO EM AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UNID.	01	R$	R$
02	BASTÃO DE LED PORTÁTIL ● BASTÃO DE LED PORTÁTIL, RECARREGÁVEL, INDICADO PARA ILUMINAÇÃO DE APOIO EM GRAVAÇÕES DE VÍDEOS, FOTOGRAFIAS, ENTREVISTAS, COBERTURAS DE EVENTOS E PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS. ● DEVERÁ POSSUIR AJUSTE DE INTENSIDADE DE LUZ E AJUSTE DE TEMPERATURA DE COR, PERMITINDO ADAPTAÇÃO A DIFERENTES AMBIENTES DE GRAVAÇÃO. ● EQUIPAMENTO PORTÁTIL, LEVE, DE FÁCIL TRANSPORTE E MANUSEIO, COM BATERIA RECARREGÁVEL. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UNID.	01	R$	R$
03	CAGE / GAIOLA PARA SMARTPHONE ● CAGE/Gaiola PARA SMARTPHONE, COMPATÍVEL COM IPHONE 15, 16, 17 OU MODELOS COMPATÍVEIS, INDICADA PARA ESTABILIZAÇÃO E APOIO EM GRAVAÇÕES DE VÍDEOS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO. ● DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA METÁLICA RESISTENTE, COM ENCAIXES PARA ACESSÓRIOS COMO MICROFONE, ILUMINADOR, TRIPÉ OU SUPORTES AUXILIARES.	UNID.	01	R$	R$

	● EQUIPAMENTO INDICADO PARA MELHORAR A ESTABILIDADE, SEGURANÇA E QUALIDADE DAS GRAVAÇÕES REALIZADAS COM SMARTPHONE. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
04	LUZ LED PORTÁTIL PARA CÂMERA ● LUZ LED PORTÁTIL PARA CÂMERA, INDICADA PARA ILUMINAÇÃO COMPLEMENTAR EM FOTOGRAFIAS, GRAVAÇÕES, ENTREVISTAS E COBERTURAS DE EVENTOS. ● DEVERÁ SER COMPACTA, PORTÁTIL E DE FÁCIL MANUSEIO, PODENDO SER UTILIZADA EM CÂMERAS, SUPORTES, TRIPÉS OU OUTROS ACESSÓRIOS COMPATÍVEIS. ● EQUIPAMENTO INDICADO PARA MELHORAR A QUALIDADE DA IMAGEM EM AMBIENTES COM BAIXA ILUMINAÇÃO OU NECESSIDADE DE LUZ DE APOIO. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID.	01	R$	R$
05	ILUMINADOR LED COM TRIPÉ E FONTE ● ILUMINADOR LED COM TRIPÉ E FONTE, MODELO BICOLOR, TIPO LED, INDICADO PARA GRAVAÇÕES, ENTREVISTAS, FOTOGRAFIAS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL. ● DEVERÁ POSSUIR ILUMINAÇÃO UNIFORME, AJUSTE DE INTENSIDADE E TEMPERATURA DE COR, COM FUNCIONAMENTO POR FONTE DE ALIMENTAÇÃO. ● DEVERÁ ACOMPANHAR TRIPÉ COMPATÍVEL, POSSIBILITANDO AJUSTE DE ALTURA E POSICIONAMENTO DA LUZ CONFORME A NECESSIDADE DA GRAVAÇÃO. ● EQUIPAMENTO PORTÁTIL, VERSÁTIL E ADEQUADO PARA USO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS CONTROLADOS. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID.	01	R$	R$
06	TELEPROMPTER PORTÁTIL PARA CÂMERA E CELULAR ● TELEPROMPTER PORTÁTIL PARA CÂMERA E CELULAR, COM CONTROLE, INDICADO PARA GRAVAÇÕES DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS, APRESENTAÇÕES, CHAMADAS PÚBLICAS, ENTREVISTAS E CONTEÚDOS INFORMATIVOS. ● DEVERÁ SER DOBRÁVEL, PORTÁTIL E COMPATÍVEL COM CÂMERAS E SMARTPHONES. ● DEVERÁ POSSUIR LENTE/VIDRO DE LEITURA ADEQUADO PARA EXIBIÇÃO DE TEXTO DURANTE A GRAVAÇÃO, SEM PREJUDICAR A CAPTAÇÃO DA IMAGEM. ● DEVERÁ ACOMPANHAR CONTROLE PARA PASSAGEM OU AJUSTE DO TEXTO DURANTE A UTILIZAÇÃO. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA	UNID.	01	R$	R$

	DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
07	ARMAZENAMENTO PORTÁTIL / SSD EXTERNO ● SSD EXTERNO PORTÁTIL, CAPACIDADE DE 1T, INDICADO PARA ARMAZENAMENTO, TRANSFERÊNCIA E BACKUP DE ARQUIVOS DE FOTOS, VÍDEOS, PROJETOS AUDIOVISUAIS E MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. ● DEVERÁ POSSUIR ALTA VELOCIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE DADOS, CONEXÃO COMPATÍVEL COM COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE EDIÇÃO, DESIGN COMPACTO E RESISTENTE PARA TRANSPORTE. ● EQUIPAMENTO ADEQUADO PARA ARMAZENAMENTO DE ARQUIVOS PESADOS, COMO VÍDEOS EM ALTA RESOLUÇÃO, IMAGENS, CAPTAÇÕES DE DRONE E materiais de divulgação. ● PRODUTO COM FRETE INCLUÍDO. ● GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID.	01	R$	R$
TOTAL					**R$**

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 105 e 111 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R$ ..... (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado é de 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal, e do relatório de serviço, desde que cabível.

6.2 No caso de atraso de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, salvo para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, observado o artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado, os preços iniciais serão reajustados, mediante requerimento do Contratado, e a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1 Caso seja realizado o aditamento do contrato, sem a realização prévia do reajuste ou sem qualquer menção a sua realização, será considerado precluso o direito ao reajuste daquele período.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 O reajuste não será concedido se o prazo de 1 (um) ano decorrer em razão do atraso na entrega dos itens por culpa do Contratado.

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, de forma que poderá ser realizado no mesmo termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10 Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.4 Comunicar ao contratante, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega dos bens.

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

9.15 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.16 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.18 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.20 O Contratado outorga poderes à Contratante para que esta proceda à análise do extrato analítico do FGTS via sistema E-social, no que se refere aos funcionários relacionados a este contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta

no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos de que trata o §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv. Multa:

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

a.1) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso II do item 12.2, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Navegantes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso III do item 12.2, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Nas contratações com escopo predefinido, se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que a Administração deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento das obrigações nele previstas, de forma consensual, desde que seja justificada a decisão com fundamento no interesse público.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

Lote 01:

- ***Referência: 615***
- ***Órgão: 06***
- ***Unidade: 001***
- ***Ação: 2068***
- ***Elemento: 34490000000000000***
- ***Subelemento: 52.99***
- ***Vínculo: 150070118104***

Lote 02:

- ***Referência: 601***
- ***Órgão: 06***
- ***Unidade: 001***
- ***Ação: 2068***
- ***Elemento: 34490000000000000***
- ***Subelemento: 52.06***
- ***Vínculo: 150070118106***

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 361/2023, da Instrução Normativa SAL nº 001/2024 e demais normas aplicáveis, bem como, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e até o limite de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo quando se tratar de reforma de edifício ou de equipamento.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Navegantes/SC, ... de ..... de .....

MARCOS VENÍCIO MONTAGNA

Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes

CONTRATANTE

Representante legal do **CONTRATADO**

ANEXO IX

MODELO DE

DECLARAÇÃO DE PENDÊNCIAS DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

À

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

Contrato nº

Processo Licitatório nº: 15/2026 FCN

Objeto:

A empresa [RAZÃO SOCIAL] inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx com sede à xxxxxxxx por intermédio de seu representante legal, xxxxxxxxxxxx portador(a) do CPF nº xxxxxxxxx, na qualidade de CONTRATADA, declara, para os devidos fins, em relação ao contrato acima identificado:

I – ( ) INEXISTÊNCIA DE PENDÊNCIAS: que não possui valores pendentes de faturamento, notas fiscais pendentes de emissão ou valores a receber da CONTRATANTE decorrentes da execução do objeto contratual;

II – ( ) EXISTÊNCIA DE PENDÊNCIAS: que possui valores pendentes de faturamento e/ou pagamento, conforme discriminado abaixo:

Descrição da pendência:

Período de execução:

Valor estimado:

Documento fiscal:

TOTAL R$:

Declara, ainda, que todas as informações prestadas são verdadeiras e que eventuais valores indicados deverão estar devidamente comprovados por meio dos documentos fiscais e demais documentos necessários à liquidação da despesa, ficando seu pagamento condicionado à regularidade da execução, ao ateste do objeto e à observância das exigências legais e contratuais.

A presente declaração é emitida para fins de acompanhamento e encerramento administrativo do contrato, nos termos das disposições constantes, Termo de Referência e contrato.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ: